

DEPUTADA FEDERAL

URSULA VIDAL

UMA DE NÓS!

4040



**MANIFESTO
PROGRAMÁTICO**



MANIFESTO PROGRAMÁTICO

*POR UM PARÁ AINDA MAIS
JUSTO, SEGURO E INOVADOR*

DEPUTADA FEDERAL

URSULA VIDAL

UMA DE NÓS!

4040

APRESENTAÇÃO

Uma plataforma para transformar direitos em políticas públicas

Esta não é apenas a plataforma de uma candidatura. É a expressão de um movimento que parte de uma convicção: salvar a Amazônia só será possível se salvarmos a sua gente — a mulher, o trabalho, a cultura e a vida.

O Pará tem riqueza, território, conhecimento, diversidade e uma população capaz de construir um novo ciclo de desenvolvimento. O desafio é fazer com que essa riqueza se converta em oportunidades e direitos, especialmente para quem historicamente ficou à margem das decisões.

Este manifesto organiza uma agenda de atuação federal em cinco frentes: mobilidade como direito; prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres; trabalho, renda e autonomia econômica; tecnologia e inovação a serviço das pessoas e da floresta; e expansão do cuidado na primeira infância.

A proposta é transformar prioridades em leis, orçamento, programas e articulação federativa. O mandato parlamentar, nessa visão, deve ser uma ponte entre as demandas concretas do Pará e a capacidade de decisão da União.

A ideia-força

Por um Pará onde transporte é direito, violência é crime, trabalho é dignidade, cuidado é responsabilidade compartilhada e tecnologia é emancipação.

Escutar. Propor. Legislar. Orçar. Entregar.



SUMÁRIO

- 01. Tarifa Zero e Mobilidade Cidadã, pag. 6**
Quatro propostas para transformar o transporte em direito.
- 02. Enfrentamento e Prevenção à Violência contra a Mulher, pag. 14**
Quatro propostas para fortalecer proteção, prevenção e resposta.
- 03. Desenvolvimento Social, Emprego e Autonomia Econômica, pag. 19**
Quatro propostas para ampliar renda, crédito, trabalho e independência.
- 04. Inteligência Artificial, Tecnologia e Inovação, pag. 25**
Quatro propostas para democratizar a tecnologia e transformar a biodiversidade em conhecimento e desenvolvimento.
- 05. Creches e Educação Infantil, pag. 30**
Quatro propostas para transformar o cuidado em infraestrutura social.
- 06. Direitos da Juventude, empregabilidade e bem-estar, pag. 36**
Quatro propostas para fomentar à inovação tecnológica, o empreendedorismo sustentável, e a atenção integral à saúde mental dos jovens paraenses.
- 07. Sobre Ursula Vidal, pag. 46**
Trajetória, comunicação, cultura, gestão pública e compromisso com a Amazônia.



MANIFESTO PROGRAMÁTICO

EIXOS E PROPOSTAS

URSULA VIDAL 4040



DEPUTADA FEDERAL

EIXO 1

TARIFA ZERO E MOBILIDADE CIDADÃ

A mobilidade é um direito social universal. O transporte público deve deixar de ser uma barreira econômica e passar a ser financiado coletivamente, ampliando o acesso ao emprego, à educação, à saúde, à cultura e ao lazer.

Uma política de mobilidade democrática precisa considerar que as pessoas não se deslocam apenas entre casa e trabalho. Mulheres, especialmente, realizam diariamente múltiplas viagens relacionadas ao cuidado: levam crianças à escola, acompanham familiares aos serviços de saúde, fazem compras, trabalham, estudam e retornam para casa.

Por isso, pensar mobilidade também é pensar igualdade.

A atuação federal será organizada em quatro movimentos: construir marcos legais, garantir recursos, integrar redes e acompanhar a execução.



EIXO 1 • PROPOSTA 1

APOIO FEDERAL AO COFINANCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE MOBILIDADE (SUM)



O QUE É

Atuar pela aprovação da **PEC 25/2023**, que propõe diretrizes para o direito social ao transporte e um Sistema Único de Mobilidade, com financiamento compartilhado entre os entes federativos.

A proposta parte de uma ideia simples: se saúde é direito e educação é direito, o transporte também deve ser tratado como infraestrutura essencial para que esses direitos possam ser exercidos.



COMO OPERACIONALIZAR

A atuação parlamentar será concentrada na tramitação da proposta, na participação em comissões e frentes parlamentares e na construção de mecanismos orçamentários que permitam à União apoiar municípios e consórcios que adotem políticas de gratuidade.

O objetivo é criar mecanismos de assistência financeira federal condicionados à adesão dos municípios a políticas de Tarifa Zero, garantindo que a expansão da gratuidade venha acompanhada de qualidade, integração territorial e transparência.

A PEC 25/2023 propõe justamente a criação de um Sistema Único de Mobilidade orientado pela universalidade, gratuidade no transporte coletivo, urbano, descentralização, integração e participação social. (Portal da Câmara dos Deputados)





IMPACTO PARA AS MULHERES

A gratuidade reduz o peso do transporte sobre as famílias e facilita as múltiplas viagens que fazem parte da rotina de cuidado, trabalho, estudo e acesso à saúde.

Para mulheres que vivem de trabalhos informais, para mães solo, empregadas domésticas, cuidadoras e trabalhadoras autônomas, a passagem pode representar uma barreira concreta à circulação pela cidade.

A Tarifa Zero transforma mobilidade em instrumento de autonomia.

RESULTADO ESPERADO

Mais pessoas circulando para trabalhar, estudar, acessar serviços de saúde, cultura e lazer, com menor peso financeiro sobre as famílias e maior integração entre municípios e territórios.



EIXO 1 • PROPOSTA 2

DESTINAÇÃO DE 60% DA CIDE-COMBUSTÍVEIS PARA SUBSIDIAR A TARIFA ZERO



O QUE É

Defender a regulamentação e a **aplicação dos recursos federais da CIDE-Combustíveis para apoiar a transição de municípios para sistemas de Tarifa Zero**, conforme a proposta programática.

A ideia é utilizar uma fonte de financiamento vinculada ao setor de combustíveis para ampliar o financiamento coletivo do transporte público.



COMO OPERACIONALIZAR

Propor regulamentação orçamentária e critérios de repasse que priorizem consórcios e municípios paraenses que adotem políticas de modicidade tarifária rumo à gratuidade.

Os recursos devem estar vinculados a metas de qualidade do serviço, ampliação da oferta, segurança dos passageiros e transparência na aplicação do dinheiro público.



IMPACTO PARA AS MULHERES

Além de reduzir o custo de deslocamento, o financiamento pode incorporar contrapartidas de segurança, como iluminação de pontos de ônibus, equipamentos de emergência, canais de denúncia e mecanismos de proteção contra assédio e importunação sexual.

A Tarifa Zero precisa ser também uma política de mobilidade segura.



RESULTADO ESPERADO

Mais municípios paraenses com capacidade financeira para reduzir ou eliminar tarifas, combinando gratuidade, qualidade e segurança.



EIXO 1 • PROPOSTA 3

CRIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE MOBILIDADE URBANA, FINANCIADA PELO SETOR PATRONAL



O QUE É

Propor mudança no modelo de financiamento do vale-transporte, substituindo o desconto individual do trabalhador por mecanismos de financiamento social da mobilidade.

A proposta é transformar o modelo atual em uma estrutura mais universal de financiamento do transporte público.



COMO OPERACIONALIZAR

Apresentar projeto de lei para autorizar fundos municipais de mobilidade custeados pelo setor patronal e integrar esse financiamento às políticas de gratuidade e universalização do transporte.

A lógica é fazer com que aqueles que se beneficiam economicamente da existência de uma rede urbana de transporte também participem de seu financiamento.



IMPACTO PARA AS MULHERES

O modelo amplia a proteção para trabalhadoras informais, autônomas, cuidadoras e outras pessoas que não se beneficiam do vale-transporte tradicional.

A mobilidade não pode ser um benefício condicionado ao vínculo formal de emprego.



RESULTADO ESPERADO

Uma fonte permanente e socialmente distribuída de financiamento do transporte público, capaz de sustentar políticas de gratuidade e reduzir desigualdades de acesso à cidade.



EIXO 1 • PROPOSTA 4

IPVA PROGRESSIVO SOBRE JATOS, IATES E HELICÓPTEROS PARA CUSTEIO DE LINHAS ESCOLARES E DE SAÚDE MATERNA



O QUE É

Defender a utilização social de receitas associadas à tributação de veículos de alto valor, destinando recursos a transporte escolar e deslocamentos de saúde materna. A proposta traduz justiça tributária em infraestrutura cotidiana.



COMO OPERACIONALIZAR

Atuar no Congresso e no orçamento para criar mecanismos de partilha e aplicação social das receitas, com prioridade para transporte escolar rural, ribeirinho e linhas de acesso ao pré-natal.



IMPACTO PARA AS MULHERES

O modelo amplia a proteção para trabalhadoras informais, autônomas, cuidadoras e outras pessoas que não se beneficiam do vale-transporte tradicional.

A mobilidade não pode ser um benefício condicionado ao vínculo formal de emprego.

RESULTADO ESPERADO

Mais transporte escolar seguro e mais acesso ao pré-natal e aos serviços de saúde materna, especialmente em áreas rurais, ribeirinhas e de difícil acesso.



EIXO 2

ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Uma política de proteção precisa funcionar quando a violência acontece: com atendimento 24 horas, integração de dados, prevenção, responsabilização e uma rede de cuidado capaz de acompanhar a mulher.

A violência contra a mulher não é um problema privado. É uma questão de segurança pública, saúde, educação, justiça e direitos humanos.



EIXO 2 • PROPOSTA 1

GARANTIA ORÇAMENTÁRIA FEDERAL PARA O FUNCIONAMENTO 24H DAS DEAMS



O QUE É

Garantir recursos federais para o **funcionamento ininterrupto das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**, em conformidade com a **Lei nº 14.541/2023**.



COMO OPERACIONALIZAR

Atuar pela ampliação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para políticas de proteção às mulheres, além da criação de mecanismos de monitoramento e responsabilização pelo cumprimento da legislação.

A Lei nº 14.541/2023 estabelece o funcionamento ininterrupto das DEAMs, inclusive em feriados e fins de semana.



IMPACTO PARA AS MULHERES

A rede de proteção precisa estar disponível justamente nos momentos em que a violência pode acontecer.

Atendimento contínuo reduz barreiras à denúncia, melhora a resposta policial e evita que mulheres sejam obrigadas a esperar até o próximo dia útil para procurar proteção.

RESULTADO ESPERADO

DEAMs funcionando 24 horas, com equipes capacitadas, estrutura adequada e capacidade de atendimento no momento em que a mulher mais precisa.



EIXO 2 • PROPOSTA 2

CONSOLIDAÇÃO E INTEGRAÇÃO TECNOLÓGICA DO SIV MULHER



O QUE É

Apoiar a modernização e integração dos sistemas de segurança, saúde e assistência, tomando o SIV Mulher como referência para respostas mais rápidas às medidas protetivas.



COMO OPERACIONALIZAR

Buscar recursos para conectividade, interoperabilidade e modernização tecnológica da rede de proteção, articulando a integração com bases nacionais.

A meta é permitir que decisões judiciais e alertas cheguem rapidamente aos órgãos responsáveis pela proteção.



IMPACTO PARA AS MULHERES

A tecnologia deve reduzir o intervalo entre a decisão judicial e a proteção concreta.

A mulher não pode precisar repetir sua história inúmeras vezes nem depender de processos burocráticos que atrasem uma medida destinada justamente a protegê-la.

RESULTADO ESPERADO

Uma rede integrada de proteção, com circulação rápida de informações e maior capacidade de resposta.



EIXO 2 • PROPOSTA 3

FOMENTO FEDERAL A CENTROS DE REEDUCAÇÃO E GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA



O QUE É

Captar recursos federais para estruturar grupos reflexivos e programas psicossociais destinados a autores de violência, com foco na redução da reincidência.



COMO OPERACIONALIZAR

Criar linhas de financiamento, apoiar a capacitação de profissionais e ampliar a cobertura municipal, especialmente no interior.

A política deve articular justiça, assistência social, saúde e segurança pública.



IMPACTO PARA AS MULHERES

Prevenir novas agressões exige responsabilização e mudança de comportamento.

A intervenção sobre os ciclos de violência não substitui a proteção e os direitos das vítimas. Ao contrário: deve fazer parte de uma estratégia mais ampla de prevenção.

RESULTADO ESPERADO

Mais municípios com grupos reflexivos, profissionais capacitados e políticas permanentes de prevenção da reincidência.



EIXO 2 • PROPOSTA 4

FEDERALIZAÇÃO DO PROGRAMA
“MARIA DA PÊNHA VAI À ESCOLA”

O QUE É

Defender a nacionalização de um **modelo de educação preventiva contra a violência de gênero**, articulando escolas, famílias e rede de proteção.



COMO OPERACIONALIZAR

Articular recursos para formação continuada de docentes, produção de materiais pedagógicos e implementação efetiva da **Lei nº 14.164/2021**.



IMPACTO PARA AS MULHERES

A prevenção começa antes da violência. Meninas e meninos precisam aprender a reconhecer relações abusivas, compreender direitos, identificar sinais de violência e conhecer os caminhos de proteção disponíveis.

A escola também precisa estar preparada para acolher estudantes que vivenciam situações de violência.

RESULTADO ESPERADO

Uma geração mais preparada para reconhecer, prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres.



EIXO 3

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EMPREGO E AUTONOMIA ECONÔMICA

Autonomia econômica é proteção social.

Uma mulher que possui renda, crédito, trabalho e capacidade de decidir sobre sua própria vida está mais protegida contra situações de dependência e vulnerabilidade.

Por isso, crédito, qualificação, cooperativismo, igualdade salarial e acesso ao mercado devem caminhar juntos.



EIXO 3 • PROPOSTA 1

RESERVA DE COTA DE CRÉDITO PARA MULHERES VULNERÁVEIS



O QUE É

Defender a reserva de parcela do microcrédito público para mulheres em situação de vulnerabilidade, articulando programas estaduais e linhas federais.

A proposta estabelece como referência uma **reserva de 30% dos recursos destinados ao crédito produtivo**.



COMO OPERACIONALIZAR

Fiscalizar bancos públicos, ampliar mecanismos de garantia e facilitar o acesso ao crédito.

A política deve utilizar a rede de assistência social, incluindo CRAS e CREAS, para identificar mulheres que precisam de capital produtivo mas não chegam às instituições financeiras.



IMPACTO PARA AS MULHERES

A Capital produtivo pode significar autonomia.

Uma mulher consegue iniciar ou ampliar uma atividade econômica sem depender financeiramente de um parceiro, de empréstimos informais ou de condições abusivas de crédito.



RESULTADO ESPERADO

Mais mulheres empreendedoras com acesso a crédito, assistência técnica e condições de ampliar sua renda.



EIXO 3 • PROPOSTA 2

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA PARA MÃES SOLO COM GARANTIA DE APOIO SOCIAL



O QUE É

Criar programas de qualificação que combinem formação profissional com creche, bolsa-auxílio e apoio psicossocial.



COMO OPERACIONALIZAR

Articular recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, ampliar políticas de qualificação e estabelecer mecanismos de prioridade para mães solo em programas públicos.

Também será defendida a criação de cláusulas sociais que ampliem oportunidades de contratação em políticas e licitações federais.



IMPACTO PARA AS MULHERES

Não basta oferecer um curso se a mulher não consegue frequentá-lo.

Cuidado infantil, renda de permanência e apoio social tornam a qualificação realmente acessível.

RESULTADO ESPERADO

Mais mulheres empreendedoras com acesso a crédito, assistência técnica e condições de ampliar sua renda.



EIXO 3 • PROPOSTA 3

INCENTIVO E FORTALECIMENTO DE COOPERATIVAS DE MULHERES AMAZÔNIDAS



O QUE É

Fomentar cooperativas e associações de mulheres urbanas e rurais com assistência técnica continuada, acesso a mercados e estímulos à bioeconomia.



COMO OPERACIONALIZAR

Destinar emendas para assistência técnica e extensão rural especializada, apoiar a formalização, simplificar processos e conectar cooperativas a compras públicas, crédito e inovação.



IMPACTO PARA AS MULHERES

Cooperar aumenta escala, poder de negociação e capacidade de agregar valor aos produtos da sociobiodiversidade.

A organização coletiva pode transformar trabalho informal e subvalorizado em fonte de renda e autonomia.

RESULTADO ESPERADO

Cooperativas femininas mais estruturadas, com acesso a crédito, tecnologia, assistência técnica e mercados.



EIXO 3 • PROPOSTA 4

FORTALECIMENTO DA LEI DE IGUALDADE SALARIAL E AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA REMUNERATÓRIA



O QUE É

Ampliar o alcance da **Lei nº 14.611/2023**, reduzindo o limite de empresas obrigadas a produzir relatórios de transparência salarial e fortalecendo os instrumentos de fiscalização.



COMO OPERACIONALIZAR

Propor alterações legislativas, defender a regulamentação da lei, modernizar a fiscalização eletrônica e criar mecanismos de apoio jurídico às trabalhadoras.



IMPACTO PARA AS MULHERES

Mais transparência torna desigualdades visíveis.

Quando diferenças injustificadas de remuneração podem ser identificadas, trabalhadoras, sindicatos, órgãos públicos e instituições de justiça passam a ter melhores condições de enfrentá-las.

RESULTADO ESPERADO

Mais transparência salarial, maior fiscalização e redução das desigualdades injustificadas de remuneração.



EIXO 4

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A transformação digital precisa chegar ao interior e às comunidades tradicionais.

Tecnologia não pode ser privilégio de poucos.

Ela deve ampliar autonomia, proteger direitos, democratizar oportunidades e gerar valor a partir do conhecimento e da biodiversidade amazônica.



EIXO 4 • PROPOSTA 1

FORTALECIMENTO DA LEI DE IGUALDADE SALARIAL E AMPLIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA REMUNERATÓRIA



O QUE É

Garantir letramento digital como ferramenta de cidadania, qualificação e inserção produtiva para mulheres de baixa renda, periferias e comunidades tradicionais.

O programa deve contemplar populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas.



COMO OPERACIONALIZAR

Financiar centros de inclusão digital, ampliar conectividade e criar caravanas itinerantes de formação.

Também serão desenvolvidas políticas para estimular a participação de meninas em áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.



IMPACTO PARA AS MULHERES

Domínio digital amplia acesso a serviços públicos, oportunidades de trabalho, educação e informação.

Também ajuda a proteger cidadãs contra golpes, desinformação e outras formas de vulnerabilidade digital.

RESULTADO ESPERADO

Mais mulheres e comunidades tradicionais com acesso à tecnologia, formação digital e oportunidades econômicas.



EIXO 4 • PROPOSTA 2

PROGRAMA DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE MULHERES 50+ NO MERCADO TECNOLÓGICO



O QUE É

Criar programas de qualificação tecnológica e combate ao etarismo voltados a mulheres com mais de 50 anos.



COMO OPERACIONALIZAR

Articular turmas específicas no Sistema S, incentivar empresas a contratar e manter mulheres maduras e modernizar o SINE com atendimento específico para esse público.



IMPACTO PARA AS MULHERES

Experiência profissional e conhecimento acumulado devem ser ativos, não motivos para exclusão.

A política combina atualização tecnológica com combate à discriminação etária.

RESULTADO ESPERADO

Mais mulheres 50+ qualificadas, empregadas e integradas às novas formas de trabalho.



EIXO 4 • PROPOSTA 3

TIPIFICAÇÃO CRIMINAL E COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO DIGITAL, CYBERBULLYING E DEEPFAKES



O QUE É

Defender marcos legais para responsabilizar crimes digitais contra mulheres, incluindo perseguição virtual, invasão de privacidade e manipulação de imagens.



COMO OPERACIONALIZAR

Apoiar medidas protetivas digitais, núcleos especializados e mecanismos ágeis de remoção de conteúdo ilícito, sempre respeitando o devido processo e os direitos fundamentais.



Também será defendida a criação de estruturas especializadas dentro da rede de atendimento às mulheres.

IMPACTO PARA AS MULHERES

A proteção da imagem e da identidade digital é parte da cidadania contemporânea.

A violência que começa ou se reproduz na internet pode produzir consequências concretas na vida das vítimas.

RESULTADO ESPERADO

Mais proteção jurídica contra violência digital, resposta especializada e maior responsabilização de autores e plataformas nos casos previstos em lei.



EIXO 4 • PROPOSTA 4

MARCO DE FOMENTO A STARTUPS DE BIOECONOMIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA AMAZÔNIA



O QUE É

Criar um ambiente federal de incentivo à biotecnologia, inovação e empreendedorismo sustentável, conectando universidades, empresas, cooperativas e comunidades.



COMO OPERACIONALIZAR

Apoiar fundos, crédito de risco, incubadoras, laboratórios públicos e pesquisa aplicada.

Também será prioridade conectar cooperativas de mulheres às cadeias de valor da bioeconomia.



IMPACTO PARA AS MULHERES

A inovação pode abrir novos mercados para mulheres extrativistas, produtoras, pesquisadoras, empreendedoras e profissionais de tecnologia.

A biodiversidade amazônica pode gerar conhecimento, renda e desenvolvimento sem repetir modelos predatórios de exploração.

RESULTADO ESPERADO

Um ecossistema amazônico de inovação conectado à bioeconomia, às universidades públicas, às comunidades e ao empreendedorismo feminino.



EIXO 5

CRECHES E EDUCAÇÃO INFANTIL

Cuidar da infância é também construir autonomia econômica, igualdade de oportunidades e uma rede de proteção para as famílias.

A educação infantil precisa ser tratada como infraestrutura social.

Quando uma criança tem acesso a uma creche próxima, segura e de qualidade, a família ganha tempo, a mãe amplia suas possibilidades de trabalho e a comunidade fortalece sua rede de cuidado.



EIXO 5 • PROPOSTA 1

FUNDO SUPLEMENTAR DA UNIÃO PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CRECHES



O QUE É

Criar aportes suplementares da União para municípios de menor IDH ampliarem sua rede de educação infantil gratuita, com prioridade para unidades em tempo integral.



COMO OPERACIONALIZAR

Articular emendas, critérios redistributivos e mecanismos de manutenção para evitar que a construção de novas unidades seja seguida por falta de recursos para operação.



IMPACTO PARA AS MULHERES

Mais vagas reduzem uma das principais barreiras à participação das mulheres no mercado de trabalho.

A creche não é apenas um equipamento educacional. É também uma política de autonomia, renda e igualdade.

RESULTADO ESPERADO

Mais vagas em creches públicas, especialmente nos municípios mais vulneráveis.



EIXO 5 • PROPOSTA 2

DEDUÇÃO FISCAL PARA EMPRESAS QUE OFERECEM CRECHES INTERNAS



O QUE É

Propor incentivos tributários federais para empresas de médio e grande porte que criem e financiem estruturas de cuidado infantil para filhos de trabalhadoras.



COMO OPERACIONALIZAR

Definir critérios de qualidade, fiscalização e acesso, garantindo que o incentivo gere oferta real de cuidado e não substitua a responsabilidade pública pela educação infantil.



IMPACTO PARA AS MULHERES

A política pode ampliar as possibilidades de conciliação entre trabalho e cuidado e melhorar as condições de permanência das mulheres no emprego.

RESULTADO ESPERADO

Mais empresas oferecendo estruturas de cuidado infantil e maior apoio às trabalhadoras com filhos pequenos.



EIXO 5 • PROPOSTA 3

INTEGRAÇÃO OBRIGATÓRIA DE CRECHES NOS PROJETOS DE HABITAÇÃO SOCIAL



O QUE É

Incluir creches e pré-escolas em tempo integral no planejamento de grandes empreendimentos federais de moradia popular.



COMO OPERACIONALIZAR

Definir parâmetros mínimos de proximidade, capacidade, acessibilidade e integração com a rede municipal antes da entrega dos empreendimentos.



IMPACTO PARA AS MULHERES

Moradia digna não é apenas uma casa.

É também acesso a escola, creche, saúde, transporte, trabalho e serviços públicos.

Integrar creches aos empreendimentos habitacionais reduz deslocamentos e fortalece a autonomia das famílias.

RESULTADO ESPERADO

Novos conjuntos habitacionais planejados com infraestrutura de cuidado desde sua concepção.



EIXO 5 • PROPOSTA 4

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRECHES PARA COMUNIDADES RIBEIRINHAS E QUILOMBOLAS



O QUE É

Direcionar investimentos federais para adaptar ou construir unidades de educação infantil em territórios ribeirinhos, quilombolas e aldeias indígenas, com transporte adequado.



COMO OPERACIONALIZAR

Combina infraestrutura, formação de profissionais, calendário territorialmente adequado e transporte fluvial seguro, articulando municípios e União.



IMPACTO PARA AS MULHERES

A política reduz desigualdades territoriais e permite que crianças pequenas tenham acesso à educação sem romper seus vínculos comunitários.

Também amplia as possibilidades de permanência das mães no mercado de trabalho e de participação em atividades econômicas e comunitárias.

RESULTADO ESPERADO

Mais crianças de territórios tradicionais com acesso à educação infantil próxima, segura e adequada à realidade local.



EIXO 5 • PROPOSTA 4

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRECHES PARA COMUNIDADES RIBEIRINHAS E QUILOMBOLAS



O QUE É

Direcionar investimentos federais para adaptar ou construir unidades de educação infantil em territórios ribeirinhos, quilombolas e aldeias indígenas, com transporte adequado.



COMO OPERACIONALIZAR

Combinar infraestrutura, formação de profissionais, calendário territorialmente adequado e transporte fluvial seguro, articulando municípios e União.



IMPACTO PARA AS MULHERES

A política reduz desigualdades territoriais e permite que crianças pequenas tenham acesso à educação sem romper seus vínculos comunitários.

Também amplia as possibilidades de permanência das mães no mercado de trabalho e de participação em atividades econômicas e comunitárias.

RESULTADO ESPERADO

Mais crianças de territórios tradicionais com acesso à educação infantil próxima, segura e adequada à realidade local.



EIXO 6

DIREITOS DA JUVENTUDE, EMPREGABILIDADE E BEM-ESTAR

Garantia de direitos fundamentais, inserção qualificada no mercado de trabalho formal, fomento à inovação tecnológica e ao empreendedorismo sustentável, e atenção integral à saúde mental dos jovens paraenses



EIXO 6 • PROPOSTA 1

APOIO FEDERAL À IMPLEMENTAÇÃO DA
POLÍTICA NACIONAL DA JUVENTUDE

O QUE É

Trabalhar pela aprovação na Câmara dos Deputados do **PL 3.893/2023** (que institui a Política Nacional da Juventude) e articular junto ao Ministério da Educação (MEC) o envio de recursos orçamentários federais para o Pará. O objetivo é criar redes de apoio e assistência estudantil que reduzam o abandono escolar e garantam condições materiais para a conclusão do ensino médio de jovens em situação de vulnerabilidade extrema, atuando em harmonia com as diretrizes do Estatuto Estadual da Juventude (PL nº 85/2024) aprovado na ALEPA.



COMO OPERACIONALIZAR

Na Câmara dos Deputados, propor emendas orçamentárias de comissão para descentralizar recursos federais de fomento à educação básica na Região Norte, priorizando o repasse aos municípios paraenses que estabelecerem comitês de monitoramento ativo de infrequência escolar e fornecer bolsas de permanência para estudantes vulneráveis.

Mobilizar a articulação com o Conselho de Juventude do Estado do Pará (COJUEPA - Decreto nº 4.641/2025) para a fiscalização social da aplicação dos fundos federais e estaduais de educação no interior.





IMPACTO PARA AS MULHERES

A evasão escolar atinge fortemente as jovens adolescentes que engravidam ou assumem tarefas de cuidados familiares e domésticos de forma precoce. Essa proposta apoia diretamente essas jovens, garantindo bolsas especiais de permanência e infraestrutura escolar acolhedora, articulada com as diretrizes da Secretaria de Estado das Mulheres do Pará (SEMU), permitindo que continuem seus estudos sem sacrificar seu futuro e autonomia econômica.

RESULTADO ESPERADO

Estudante na escola e com futuro garantido! vamos trazer verba federal para acabar com a evasão escolar e proteger nossos jovens do Pará.



EIXO 6 • PROPOSTA 2

ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL E PREVENÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DE JOVENS NO INTERIOR DO PARÁ



O QUE É

Trabalhar pela aprovação na Câmara dos Deputados do **PL 3.893/2023** (que institui a Política Nacional da Juventude) e articular junto ao Ministério da Educação (MEC) o envio de recursos orçamentários federais para o Pará. O objetivo é criar redes de apoio e assistência estudantil que reduzam o abandono escolar e garantam condições materiais para a conclusão do ensino médio de jovens em situação de vulnerabilidade extrema, atuando em harmonia com as diretrizes do Estatuto Estadual da Juventude (PL nº 85/2024) aprovado na ALEPA.



COMO OPERACIONALIZAR

Na Câmara dos Deputados, propor emendas orçamentárias de comissão para descentralizar recursos federais de fomento à educação básica na Região Norte, priorizando o repasse aos municípios paraenses que estabelecerem comitês de monitoramento ativo de infrequência escolar e fornecer bolsas de permanência para estudantes vulneráveis.

Mobilizar a articulação com o Conselho de Juventude do Estado do Pará (COJUEPA - Decreto nº 4.641/2025) para a fiscalização social da aplicação dos fundos federais e estaduais de educação no interior.





IMPACTO PARA AS MULHERES

Esta proposta foca em ações para meninas e jovens, alinhadas às diretrizes do PL 329/2025. O projeto visa criar espaços seguros nas escolas para meninas e jovens compartilharem experiências e prevenirem abusos, além de combater desigualdades que limitam o acesso de meninas às atividades físicas e esportivas, tidos como fatores cruciais de proteção da saúde mental feminina.

RESULTADO ESPERADO

Vamos ampliar o atendimento psicológico gratuito nas escolas e postos de saúde para proteger nossos jovens do sofrimento psíquico.



EIXO 6 • PROPOSTA 3

INSTALAÇÃO DE POLOS TECNOLÓGICOS NO PARÁ PARA EMPREGABILIDADE DIGITAL



O QUE É

Viabilizar a implantação de unidades descentralizadas da Central do Jovem Trabalhador Inovador (CJTI) — plataforma nacional estabelecida pelo PL 4.306/2019 — no Pará, concentrando em um único banco de dados as vagas de primeiro emprego e cursos de capacitação técnica em inovação e economia digital para jovens de 15 a 29 anos, promovendo a sinergia com os programas estaduais de emprego protegido, como o Primeiro Ofício (Decreto nº 4.947/2026) e a outorga do selo “Empresa Amiga da Juventude” (Lei Estadual nº 10.956/2025).



COMO OPERACIONALIZAR

Votar favoravelmente, articular a aceleração da aprovação final do PL 4.306/2019 e alinhar junto ao Ministério do Trabalho e Emprego a alocação de recursos federais para prefeituras do Pará adquirirem infraestrutura de banda larga e computadores. Isso viabilizará o ensino de programação, análise de dados e design digital para jovens de baixa renda inscritos no CadÚnico, integrando essas redes ao banco de dados estadual.





IMPACTO PARA AS MULHERES

Garantir reserva mínima de 50% das vagas de treinamento tecnológico para jovens mulheres paraenses, estimulando de forma ativa a presença feminina nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) e abrindo portas para empregos remotos bem remunerados que permitam conciliar estudos e autonomia financeira, em consonância com a Ação 15 do Eixo III do III Plano Estadual.

RESULTADO ESPERADO

Primeiro emprego e carreira na tecnologia! vamos trazer cursos gratuitos e vagas de trabalho digital para os jovens paraenses!



FUNDO DE MICROCRÉDITO ORIENTADO AO JOVEM EMPREENDEDOR DA AMAZÔNIA



O QUE É

Regulamentar o direito ao empreendedorismo juvenil, inserido no Estatuto da Juventude pelas diretrizes do PL 4.437/2021, desenvolvendo programas específicos de apoio, consultoria jurídica e contábil gratuita, mentoria e acesso a mecanismos de crédito facilitado para pequenos negócios sustentáveis liderados por jovens de comunidades tradicionais, periféricas, ribeirinhas e indígenas no Pará.



COMO OPERACIONALIZAR

Aprovar o PL 4.437/2021 no Senado/Câmara e propor parcerias entre o recém-criado Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e bancos oficiais da Região Norte (como o Banco da Amazônia) para a criação de editais de fomento e linhas de microcrédito sem exigência de garantias reais complexas para jovens empreendedores florestais. Articular com o governo do estado ações conjuntas de busca ativa que conectem os bancos federais ao programa CredCidadão, conforme as metas de dotação de recursos do III Plano Estadual.





IMPACTO PARA AS MULHERES

Apoiar ativamente jovens mulheres do Pará que queiram abrir negócios de bioeconomia familiar (produção artesanal de óleos, açaí, doces típicos, artesanatos e ecoturismo), estruturando redes cooperativas de comércio justo que gerem renda local direta e promovam a conservação da floresta em pé, de forma integrada com as diretrizes de autonomia econômica da Lei Estadual nº 9.015/2020.

RESULTADO ESPERADO

Jovens com negócios próprios e sustentáveis! vamos financiar as boas ideias de empreendedorismo da juventude paraense!



MANIFESTO PROGRAMÁTICO

SOBRE URSULA VIDAL

URSULA VIDAL 4040



DEPUTADA FEDERAL

SOBRE URSULA VIDAL



UMA TRAJETÓRIA DE COMUNICAÇÃO, CULTURA, GESTÃO PÚBLICA E COMPROMISSO COM A AMAZÔNIA

Ursula Vidal Santiago de Mendonça nasceu no Recife, em 26 de janeiro de 1972, e mudou-se para Belém aos dois anos de idade.

Foi no Pará que construiu sua vida, sua carreira e sua relação com a Amazônia.

Filha de João e Elisabeth, ativistas da resistência à ditadura militar brasileira, cresceu em um ambiente marcado pela defesa da democracia e da justiça social.





UMA VIDA CONSTRUÍDA NO PARÁ

Aos quinze anos, trabalhou como radialista. Aos dezessete, estreou na televisão como apresentadora do Jornal Cultura, na TV Cultura do Pará.

Formou-se em Jornalismo pela Universidade Federal do Pará e complementou os estudos no Rio de Janeiro, na Faculdade Hélio Alonso.

O audiovisual tornou-se parte importante de sua trajetória.

Em 1999, dirigiu o documentário Marias e Josés de Nazaré, sobre o Círio de Nazaré, e recebeu o prêmio da Fundação Itaú Cultural pelo filme A Caravana do Brega.

Em 2004, dirigiu o curta Aparência Nada +.

Em 2014, co-dirigiu o documentário Catadores de Sonhos, sobre os catadores do Aurá, em Belém.





NA POLÍTICA E NA GESTÃO CULTURAL

Em 2014, candidatou-se a deputada estadual.

Em 2016, disputou a Prefeitura de Belém e obteve 79.968 votos.

Em 2018, candidatou-se ao Senado e recebeu 585.344 votos.

No mesmo ano, assumiu a Secretaria de Estado de Cultura do Pará, a convite do governador Helder Barbalho.

À frente da SECULT, foi eleita presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura para o biênio 2019–2020.

A experiência ampliou sua atuação no debate nacional sobre políticas culturais e consolidou uma trajetória que conecta comunicação, cultura, gestão pública e defesa da Amazônia.

Em 2026, filiou-se ao PSB e passou a integrar o Programa Lidera 40, iniciativa nacional voltada ao fortalecimento de candidaturas femininas à Câmara dos Deputados.



O SENTIDO DESTA CANDIDATURA

As propostas apresentadas neste manifesto conectam comunicação, cultura, gestão pública e defesa da Amazônia a uma agenda social centrada em mobilidade, segurança, autonomia econômica, tecnologia e cuidado.

A candidatura parte de uma compreensão simples:

não haverá futuro sustentável para a Amazônia se as pessoas que vivem nela continuarem sem acesso pleno a direitos.

O desenvolvimento do Pará precisa caminhar junto com a redução das desigualdades.

Precisa gerar trabalho sem destruir a floresta.

Precisa utilizar tecnologia sem produzir novas exclusões.

Precisa ampliar a riqueza sem concentrar oportunidades.

Precisa proteger as mulheres.

Precisa cuidar das crianças.

Precisa garantir mobilidade.

Precisa transformar conhecimento em renda.

Precisa transformar biodiversidade em ciência e inovação.



UM PARÁ QUE NÃO DEIXA NINGUÉM PARA TRÁS

O futuro é uma construção coletiva. O Pará não precisa escolher entre desenvolvimento e proteção da Amazônia.

Precisa construir um modelo em que desenvolvimento signifique mais direitos, mais oportunidades, mais ciência, mais renda e mais qualidade de vida para quem vive no território.

Esse projeto começa pelas pessoas.

Pela mulher que precisa chegar ao trabalho.

Pela mãe que precisa de uma creche.

Pela trabalhadora que merece salário igual.

Pela vítima que precisa encontrar proteção imediatamente.

Pela jovem que quer aprender tecnologia.

Pela mulher 50+ que não aceita ser descartada.

Pela comunidade ribeirinha que quer conectividade sem abandonar seu território.

Pela cooperativa que precisa de crédito e mercado.

Pela criança que precisa ter direito à educação desde os primeiros anos de vida.

É para essas pessoas que as propostas deste manifesto foram organizadas.

Não se trata apenas de apresentar uma lista de promessas.

Trata-se de apresentar uma visão de Estado.

Um Estado que esteja presente quando uma mulher precisa de proteção.

Quando uma família precisa de transporte.

Quando uma criança precisa de creche.

Quando uma trabalhadora precisa de crédito.

Quando uma comunidade precisa de conectividade.



MANIFESTO PROGRAMÁTICO

Quando uma pesquisadora precisa de recursos.

Quando uma cooperativa precisa chegar ao mercado.

Quando uma empreendedora precisa transformar conhecimento em renda.

Quando a Amazônia precisa deixar de ser tratada apenas como território de exploração e passar a ser reconhecida como território de conhecimento, cultura, ciência, biodiversidade e futuro.

Por um Pará ainda mais justo, seguro e inovador.

Ursula Vidal

DEPUTADA FEDERAL 4040 · PSB





DEPUTADA FEDERAL

URSULA VIDAL

UMA DE NÓS!

4040